



Uma obra de referência sobre Moçambique

Luiz Maria Veiga¹

Esta ilha pequena que habitamos
É em toda esta terra certa escala,
De todos os que as ondas navegamos,
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala.
E, por ser necessária, procuramos,
Como próprios da terra, de habitá-la;
E porque tudo em fim vos notifique,
Chama-se a pequena ilha — Moçambique.

Camões, *Os Lusíadas*, I, 54.

No princípio foi o interesse de uns poucos professores pioneiros pelas literaturas escritas em português em terras de África. Depois, esse diálogo se consolidou. A partir dele outros campos do conhecimento começaram a ser frequentados pelos pesquisadores brasileiros, ampliando-se assim o interesse pelos estudos africanos. Nós, dos estudos literários, só temos a agradecer, porque o conhecimento do contexto só faz aprimorar e permite aprofundar o trabalho com o texto. Agora, com toda essa expansão, já estão criadas as possibilidades para um encontro de africanos na academia brasileira, encontro que frutificou no livro que é assunto desta resenha, encontro que é lembrado pelo autor logo nos primeiros agradecimentos de seu trabalho: “Foram de extrema importância as longas conversas com Kabengele Munanga sobre a nossa África e sobre os caminhos da Antropologia.

¹ Doutorando em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa/FFLCH-USP.

Mais do que um orientador, nele sempre vi o mais velho que me passava uma vivência e me aceitava como amigo.” (p. 7)

E a qualidade do trabalho logo foi reconhecida, e ele foi galardoado com o “Prêmio de melhor tese de Doutorado no Concurso ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais — Edição 2008”. Sua publicação disponibiliza para um público mais amplo este empolgante, desafiador estudo de antropologia social, uma investigação de identidade coletiva, que é também mais que isso, o que tentaremos demonstrar a seguir.

É, ou pelo menos pode ser lido como, em primeiro lugar, uma introdução à História de Moçambique, principalmente a partir do século XX. Mas o livro começa bem antes, em 1498, com “a chegada do cavalo pálido”, abre o primeiro capítulo no mesmo tempo e espaço em que se inicia, em *Os Lusíadas*, a descrição da viagem de Vasco da Gama, depois da invocação, da proposição, da dedicatória e do concílio dos deuses. A ação dramática principal do poema, lembramos, encontra os navegantes já no Oceano Índico, na costa do que é hoje Moçambique, já bastante próximos de alcançar o fim da viagem.

O estudo de José Luís Cabaço começa com a viagem do Gama porque ela inaugura o período colonial, e o colonialismo é o responsável pela primeira identidade coletiva atribuída aos habitantes daquela região: a identidade de colonizado. E aqui o livro já abre um novo campo, para além da História de Moçambique, atrai interessados na História do colonialismo português. Uma das discussões presentes no livro trata de examinar se havia ou não uma especificidade nesse colonialismo, e em que ela poderia consistir exatamente. Para poder responder a isso o autor ocupa-se em examinar o dito Império Português (daí a ampliação do foco) como mito e ideologia para justificar a situação colonial.

No já mencionado primeiro capítulo (“A chegada do cavalo pálido”) é examinada a estrutura dualista da ordem colonial. Algumas das oposições que marcam essa dualidade são discutidas (colono / colonizado; superioridade / inferioridade; brancos / negros; “missão

evangelizadora”/ pagãos e infiéis; “missão civilizadora”/ bárbaros selvagens). No segundo capítulo (“Assimilar para não mudar”) o assunto é o projeto colonial para dar identidade (portuguesa) ao indígena. Haveria uma “assimilação tendencial” que, a longo prazo, coisa de alguns milênios talvez, daria a todos os indígenas a condição de civilizados, mais que isso, portugueses, todos integrados e participantes na mitologia da vocação imperial e do destino nacional português. O terceiro capítulo (“Reformas’ lusotropicalis”) examina as condições apropriadas à luta anticolonialismo resultantes do mundo pós II Guerra Mundial e a tentativa da metrópole portuguesa de usar Gilberto Freyre e seu lusotropicalismo para legitimar sua forma “especial” de colonização. O quarto capítulo (“Os anos da libertação”) se ocupa da ruptura, da guerra colonial, da tentativa de conquista dos “corações e mentes” dos colonizados pelos militares portugueses, como única possibilidade de vencer a guerra, e de como essas tentativas foram baldadas pelo comportamento dos colonos contrários a tais mudanças, contrários à possibilidade de oferecer qualquer apoio a uma melhoria mínima (que dirá igualdade!) na condição dos colonizados. Também neste capítulo será tratado o nascimento do nacionalismo moçambicano e suas contradições, o papel preponderante do campo sobre a cidade na guerra de libertação, bem como o projeto unitário de identidade nacional da FRELIMO (“do Rovuma ao Maputo”) condicionado às necessidades da guerra e de uma clara definição do inimigo. Contrapunha-se ao projeto colonial de preservar (e acentuar) as divisões étnicas, para tornar menos evidente o caráter numérico infinitamente minoritário dos colonizadores.

Outra forma de ler este livro, tendo em vista a obra de Albert Memmi, é como um novo retrato do colonizado e do colonizador, agora pondo em foco um caso, da África austral, com semelhanças e diferenças daquele apresentado principalmente sobre o colonialismo na África do Norte. Uma das semelhanças que podemos perceber entre o trabalho do moçambicano José Luís Cabaço, do franco-tunisiano Albert Memmi e do martinicano (e, podemos dizer, argelino e africano por

adoção) Frantz Fanon é o fato de neles encontrarmos, além da reflexão política, sociológica, antropológica, marcas das próprias vivências dos autores, testemunhos pessoais entremeados àquilo que é matéria de reflexão. E não é um testemunho dado para informar o que aconteceu aos depoentes, mas é o testemunho do que eles viram acontecer à sua volta, em sua época, e de como participaram, comprometeram-se com esses acontecimentos.

Eis aqui uma amostra do que estamos dizendo. Ao tratar do poder disciplinador empenhado em regular (e manter) a relação de superioridade e separação entre brancos e negros, para preservar a situação colonial, o autor ilustra o conceito abstrato com um depoimento pessoal capaz de tornar o abstrato muito concreto:

Eu próprio fui protagonista de um episódio exemplar. Tinha 13 anos e frequentava a que então era a única escola média oficial de Moçambique, o Liceu Salazar, na cidade capital. Morava longe e ia de bicicleta às aulas. Uma manhã, ainda distante do liceu, vejo um colega — um dos três colegas negros — correndo, porque se havia atrasado. Ofereci-lhe uma boleia na bicicleta. Quando regressei das aulas, o familiar na casa de quem eu vivia recebeu-me com uma punição. Alguém lhe tinha telefonado informando que eu carregara na minha bicicleta um negro, o que, não sendo ilegal, constituía uma violação dos códigos de autodefesa dos colonos. Era o poder disciplinar supervisionando. (p. 47)

Esses testemunhos espalhados pelo livro são valorizados por toda reflexão e pela pesquisa rigorosa e consciente, ampliando-lhes em grande medida o sentido, mas também valorizam todo o trabalho, acrescentando-lhe um caloroso conteúdo humano da espécie que costumamos encontrar na prosa de ficção, mas que nos surpreende (agradavelmente) encontrar aqui. Podemos citar como exemplo mais vivo do que estamos dizendo a “História de Rafael Arcanjo” (p. 133-138), um tocante depoimento sobre uma amizade que precisou primeiro romper a barreira da condição colonial para poder de fato se afirmar. A história de como o criado da casa, o homem invisível para os senhores brancos, contribuiu para consolidar a identidade do autor como moçambicano, não como o branco colonizador, papel que

aparentemente lhe havia sido destinado pela situação histórica, mas que ele se recusou a desempenhar. Vejamos um trecho:

Apesar da distância que caracterizava as relações raciais e sociais do colonialismo, fui tentando vencer seu retraimento e estabelecer um canal de comunicação que não passasse pelas relações hierárquicas que decorriam da minha condição de “branco” e da dele de “criado”. Eu estava em processo de maturação política: repugnava-me a ordem colonial e queria compreender o outro lado da terra de que me considerava parte e da qual, contemporaneamente, sabia estar tão distante. *Estava consciente de que, se não conseguisse vencer a barreira colonial, nunca poderia me sentir “moçambicano”, nem ser reconhecido como tal.* (p. 134, grifo nosso)

Como podemos perceber por esta rápida notícia sobre um livro carregado de conhecimento, fartamente documentado, narrado de modo vivo, esta investigação da identidade (ou identidades) do moçambicano, feita por um moçambicano em terras brasileiras, parece estar destinada a se tornar uma obra de referência para os interessados em conhecer aquele país africano que, pelo menos é o que dizem alguns, muito se parece com o Brasil entre outras coisas porque nele o sol nasce do lado certo...

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.